



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



053

Habeas Corpus nº: 200119-8 – Mutirão Carcerário da Capital

Impetrante: Defensoria Pública do Estado de Pernambuco

Paciente: **Manoel Antônio do Nascimento**

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Proc. de justiça: Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos
(convocada)

Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal.

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ACUSAÇÃO DE ROUBO MAJORADO POR USO DE ARMA. ALEGAÇÕES DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA E EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. DEMONSTRADA A NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA PRISÃO CONFORME DOCUMENTOS ACOSTADOS NOS AUTOS. PROCESSO EM TRÂMITE REGULAR. CRITÉRIO DA RAZOABILIDADE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO POR UNANIMIDADE.

1. Restou demonstrada a necessidade da manutenção da prisão, não havendo qualquer fundamento, de acordo com a análise dos autos, para se modificar a decisão.
2. O fato do paciente apresentar condições pessoais favoráveis para responder ao processo em liberdade não são suficientes por si só para garantir a liberdade provisória, se estão presentes os requisitos da prisão preventiva, como é o caso dos autos.
3. No que diz respeito à alegação de excesso de prazo, entendeu-se que o processo está tramitando de forma regular, tendo o Judiciário se pronunciado e impulsionando o feito sempre que necessário, estando, inclusive a audiência de instrução designada para data muito próxima.
4. À unanimidade de votos, denegou-se a ordem.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº 200119-8, em que figuram, como impetrante, a Defensoria Pública do Estado, e como paciente **Manoel Antônio do Nascimento**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade**, em denegar a ordem do presente *habeas corpus*, **tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.**

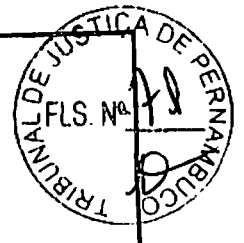
Recife, 16 de dezembro de 2009.

Des. **Mauro Alencar de Barros**
Relator

5458



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Habeas Corpus nº: 200119-8 – Mutirão Carcerário da Capital

Impetrante: Defensoria Pública do Estado de Pernambuco **054**
Paciente: **Manoel Antônio do Nascimento**
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Proc. de justiça: Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos
(convocada)
Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal.

RELATÓRIO

Cuida-se de ***habeas corpus liberatório*** impetrado pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, em favor de **Manoel Antônio do Nascimento**, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito em Exercício no Mutirão Carcerário da Capital, objetivando, em sede de liminar e no mérito, a concessão da ordem para que o paciente possa responder ao processo em liberdade, sob alegação de estar sofrendo constrangimento ilegal em face da **inexistência motivos que autorizem a prisão preventiva** do paciente bem como **excesso de prazo** para conclusão da instrução criminal.

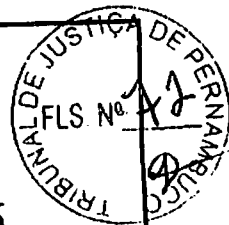
Afirma a impetrante que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 15/05/2009, acusado pela prática do crime de **roubo qualificado**.

Em sede de Mutirão Carcerário foi formulado pedido de liberdade provisória, o que foi negado pelo Juiz designado.

Sustenta que, não obstante o flagrante excesso de prazo e ausência dos motivos autorizadores para a manutenção da prisão do paciente, o Juiz do Mutirão Carcerário manteve a prisão do paciente para garantir a ordem pública, e, ainda, não verificou excesso de prazo ou qualquer outra irregularidade no processo.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



055

Acrescenta que o paciente é primário, com endereço conhecido e não havendo evidência de que pretenda fugir à aplicação da lei penal, ou perturbar o correto trâmite da ação penal, apresentando os requisitos necessários à concessão da liberdade provisória (art. 310 do CPP).

Acostou os documentos de fls. 11/21.

Através da decisão de fl. 28/29, foi negado o pedido de liminar.

Informações da autoridade impetrada através do ofício de fls. 54, acostando os documentos de fls. 55/57.

Parecer da Procuradoria de Justiça às fls. 49/51, pugnando a Douta Procuradora pela **denegação da ordem**.

Em seguida, vieram-me conclusos.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Da análise dos fatos narrados na denúncia, observa-se que se trata do crime capitulado no **art. 157, §2º, I, do CP (roubo majorado pelo uso de arma)**, pois o paciente, conforme a denúncia, abordou três mulheres que saíam do Banco Bradesco, na Av. Caxangá, nesta Cidade, anunciando o assalto e ainda as ameaçando de morte. Após, subtraiu uma carteira porta cédulas de uma das vítimas.

Quando da análise do pedido de liberdade provisória em sede de Mutirão Carcerário, a MM Juíza indeferiu-o, conforme se vê da decisão abaixo (fls. 21):



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

056



Processo nº 001.2009.113600-9

DECISÃO

Vistos, em sede de MUTIRÃO CARCERÁRIO.

A Defensoria Pública pugnou pela concessão da liberdade provisória ao acusado MANOEL ANTÔNIO DO NASCIMENTO.

O Ministério Público se posicionou pelo indeferimento do pedido.

Analisando os autos, verifico que o Juízo já apreciou anterior pedido de liberdade provisória, indeferindo-o conforme decisão de fls. 34, em que acolheu os argumentos trazidos pelo Ministério Público.

Ademais, encontra-se demonstrada a real necessidade da manutenção da prisão do acusado para garantia da ordem pública, permanecendo os motivos que justificaram o indeferimento da liberdade provisória, não havendo qualquer fato novo a ensejar nova análise da matéria.

Dessa forma, considerando que a manutenção da prisão do réu se faz necessária para a garantia da ordem pública, indefiro o pedido de liberdade provisória, com fulcro no art. 312, do Código de Processo Penal, ao tempo em que esclareço não verificar excesso de prazo ou qualquer outra irregularidade na prisão do acusado.

Retornem os autos imediatamente à Vara de origem para o regular prosseguimento do feito, e em especial, para cumprimento do despacho exarado às fls. 36.

Cumpra-se.

Recife, 09 de setembro de 2009.

Ana Cristina Mota
Juíza de Direito
(G.N.)

Perfilhando os autos, verifico que a decisão da Juíza do Mutirão Carcerário apresenta-se coerente, vez que, como se pode observar do texto acima, além da mesma esclarecer que o pedido de liberdade provisória já fora devidamente apreciado, às fls. 34 do processo originário, não ocorrendo qualquer fato novo que modificasse os fundamentos outrora esboçados, ainda apontou "a real necessidade da manutenção da prisão



do acusado para garantia da ordem pública, permanecendo os motivos que justificaram o indeferimento da liberdade provisória".

Ressalto que a supramencionada decisão (fls. 34 do processo originário) não foi acostada nos presentes autos pela impetrante.

Todavia, em consulta realizada no sítio eletrônico deste Tribunal, constatei que o juízo da 9ª Vara Criminal da Capital, acatando o entendimento ministerial, indeferiu o pedido de liberdade provisória em favor da paciente.

Vislumbro que também não se poderia dizer que tal decisão carece de fundamentação, uma vez que nossos Tribunais já se pronunciaram sobre a possibilidade do magistrado adotar, nos decretos de prisão preventiva, os fundamentos trazidos pelo Ministério Público, sem que precise afirmá-los novamente no corpo do texto. Se tal entendimento é adotado em relação aos decretos de segregação cautelar, também pode ser aplicado em se tratando de simples confirmação e manutenção da decisão anteriormente exarada.

Sobre o assunto, observe-se o julgado do STJ abaixo colacionado:

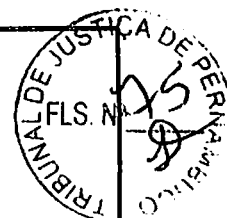
HABEAS CORPUS. DIREITO PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. ADOÇÃO DA MOTIVAÇÃO MINISTERIAL. POSSIBILIDADE.

1. A toda evidência, a fundamentação das decisões do Poder Judiciário, tal como resulta da letra do inciso IX do artigo 93 da Constituição da República, é condição absoluta de sua validade e, portanto, pressuposto da sua eficácia, substanciando-se na definição suficiente dos fatos e do direito que a sustentam, de modo a certificar a realização da hipótese de incidência da norma e os efeitos dela resultantes.
2. Tal fundamentação, para mais, deve ser deduzida em relação necessária com as questões de direito e de fato postas na pretensão e na sua resistência, dentro dos limites do pedido, não se confundindo, de modo algum, com a simples reprodução de expressões ou termos legais, postos em relação não raramente com fatos e juízos abstratos, inidôneos à incidência da norma invocada.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

058



3. Nenhuma ilegalidade há em que adote o juiz, ao acolhê-lo, a motivação deduzida pelo Ministério Público em pedido de decretação de custódia cautelar, irrazoável, até, que seria exigir-se a sua reprodução nos mesmos autos, absolutamente desnecessária, mormente quando a compreende de modo sustentado.

4. O habeas corpus, como é do comum entendimento doutrinário e jurisprudencial, por força de sua própria natureza hostil à dilação probatória, somente se presta ao deslinde, quando devidamente instruída a inicial com os elementos que demonstram os fundamentos nela expostos, não cabendo ao Poder Judiciário suprir os vícios que afastem a regularidade da dedução da demanda heróica.

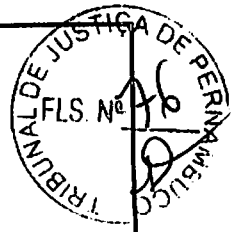
5. Writ denegado.

(STJ), HC 25.352/SC, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 20.05.2003, DJ 30.06.2003 p. 318) Grifos nossos.

Por outro lado, a decisão que ocasionou na segregação do ora paciente não foi acostada nos presentes autos e, como se sabe, a Doutrina e Jurisprudência são uníssonas em atribuir ao impetrante a responsabilidade de instruir o pedido de *habeas corpus* com os elementos necessários ao conhecimento dos fatos articulados, de forma a possibilitar uma correta análise dos argumentos jurídicos expostos, não cabendo ao Poder Judiciário, como bem esclareceu o STJ no acórdão acima transcrito, "*suprir os vícios que afastem a regularidade da dedução da demanda heróica*".

Nesse sentido também se pronunciou a **Procuradoria de Justiça Criminal**, no parecer de fls. 62/66, quando afirmou que "**a manutenção da prisão do paciente, ora questionada, teve por arrimo a garantia da ordem pública, cujos argumentos estão fartamente configurados no despacho de fls. 21, o qual faz referência ao despacho de fls. 34 dos autos do processo nº 00.2009.113600-9, não acostado nos autos, restando suficientemente fundamentado**".

Sendo assim, a ordem pública precisa ser resguardada, estando demonstrada a necessidade da manutenção da



prisão, não havendo qualquer fundamento para se modificar a decisão.

Dessa forma, estando presentes os requisitos da prisão preventiva, **não há o que se falar em direito à liberdade provisória**, pois o parágrafo único do art. 310 do CPP recomenda que a liberdade provisória seja concedida somente quando o juiz verificar a inoccorrência de qualquer das hipóteses que autorizam a preventiva, o que não é o caso dos autos.

Quanto à alegação de que o paciente apresenta **condições pessoais favoráveis** para responder ao processo em liberdade, tenho que tais condições **não são suficientes por si só para garantir a liberdade provisória**, se estão presentes os requisitos da prisão preventiva, como é o caso dos autos.

No que diz respeito à **alegação de excesso de prazo**, entendo que o processo está **tramitando de forma regular, tendo o Judiciário se pronunciado e impulsionando o feito sempre que necessário**, ainda mais considerado que, não obstante a citação em 27/08/2009, a **sua defesa preliminar apenas foi oferecida em 30/11/2009**; bem assim, também não se pode olvidar o fato de ter sido o processo enviado para o **mutirão carcerário que teve por finalidade a apuração de irregularidades no processo, o que beneficia diretamente o réu.**

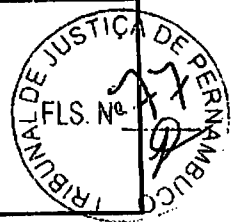
Ademais, tem-se que a audiência de instrução e julgamento foi designada para o dia 18/12/2009.

Destarte, na parte concernente à alegação de excesso de prazo, entendo que os prazos estão transcorrendo de acordo com o **critério da razoabilidade, não podendo imputar eventual atraso ao Judiciário.**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESIMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

060



Desta forma, diante do exposto, concordando com os termos do Parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 16 de dezembro de 2009.

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator